

EDITORIAL

Diante de um cenário novo e adverso, a 6ª edição do **Boletim da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária** traz uma perspectiva de integração e articulação das políticas desenvolvidas em todo país, além da atuação da rede em eventos internacionais. A realização das oficinas regionais reuniu centenas de gestoras e gestores das cinco regiões do país, quando foi possível realizar uma análise da conjuntura atual e construir programas de governo do segmento de economia solidária, documento que contribuiu para orientar as campanhas municipais e comprometer candidatas e candidatos com a política pública do seguimento referenciado, durante o processo eleitoral. Além disso, nestas oficinas foram definidos como prioridades para o

1º semestre de 2017, o apoio na construção dos planos municipais de economia solidária, para que sirvam de subsídio na elaboração do Plano Plurianual - PPA 2017/2020 e, a organização de uma assembleia da Rede de Gestores, em abril/2017, no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que será realizado pela Frente Nacional de Prefeitos – FNP. Portanto, nesta edição será possível tomar conhecimento dessas e de outras ações e debates, no âmbito das políticas públicas de economia solidária, das mais diversas regiões do país.

Boa leitura!

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA LOTA O PLENÁRIO DA CÂMARA

Luciano Mina

Coordenador de Economia Solidária – Pref. de Carapicuíba / Coordenação Executiva do FBES

Apesar do Congresso vazio por conta das eleições municipais, 28/09/16 foi um dia histórico para aquelas e aqueles que constroem a economia solidária no Brasil. A audiência pública lotou duas salas com mais de 300 participantes para discutir a continuidade do Plano Nacional de Economia Solidária.

Na mesa estiveram presentes: Lidiane Freire de Jesus, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Leonardo Pinho da Unisol Brasil, Luis Ademir Possamai da Unicafes. A audiência foi presidida pelo Deputado Raimundo Angelin (PT-AC), também Presidente da Frente Parlamentar de Economia Solidária e Criativa.

Várias foram as falas em defesa da Secretaria Nacional de Economia Solidária, enquanto espaço legítimo construído pela sociedade civil e que por 13 anos esteve a cargo do Professor Paul Singer. Além disso, foi ressaltada a importância da reativação do Conselho Nacional de Economia Solidária, enquanto instrumento de diálogo e da aprovação imediata do projeto de lei PL4685/12, que institui o Sistema Nacional de Economia Solidária, porém, tramita há 4 anos nesta casa.

Possamai em sua fala destaca a importância dos programas sociais para o desenvolvimento do Brasil, e diz que se há alguém que possui condições de gerar emprego e renda é a economia solidária, além de convocar os presentes em defesa da SENAES, dizendo – “A SENAES é dos movimentos e não podemos deixar o Governo acabar com ela”.

Lidiane Freire ressaltou que o movimento em 2011 teve um mo-



Militância participando da Audiência Pública de Economia Solidária sobre o PL 4685/12.

mento histórico importante, onde foi realizada a audiência sobre o PL 865/2011 também na Câmara dos Deputados. Diferentemente daquele momento, “estamos hoje com a insegurança da continuação dos passos dados na Política Nacional de Economia Solidária”, e destaca que “voltaremos para casa sem a certeza de como a economia solidária irá se manter como apoio e fomento”. Além disso, ressaltou o desmonte de ministérios estratégico que fortaleciam as práticas de economia solidária.

Leo Pinho coloca que nosso papel é defender a democracia e combater o ódio. “A democratização econômica no Brasil tem um desafio, pois é altamente opressora. A economia solidária, o associativismo, são propostas que podem fortalecer a democracia na economia.” Sua fala também contra a PEC 241, que altera investimentos nas áreas de saúde e educação, através do congelamento de recursos para essas áreas por 20 anos, e os impactos relacionados a possibilidade de desmonte no Sistema Único de

Assistência Social – SUAS e o Sistema Único de Saúde – SUS. O Deputado Angelim, em sua fala comprometeu-se com o movimento na aprovação do PL 4685/2012, além de fortalecer a construção de outras frentes nos Estados.

Durante as intervenções no Plenário, destaque para a fala de Luciano Mina, da Rede de Gestores e da executiva nacional do FBES sobre a importância de manter os orçamentos e estrutura da SE-

NAES bem como os projetos em execução, no momento em que acontecem eleições municipais e a continuidade das políticas ficam incertas, o papel da SENAES é fundamental para a continuidade dessas políticas.

A sessão foi transmitida pela TV Câmara.

Assistir na íntegra acesse: <https://youtu.be/OSllyBGHhOE>

EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARTICIPAM DO GLOBAL SOCIAL ECONOMY FORUM (GSEF) REALIZADO EM MONTREAL - CANADÁ EM SETEMBRO

Tatiana Reis (Secretaria Executiva da Rede de Gestores e gestora do Governo do Estado da Bahia)

Maria da Penha Lage Camargo (Coordenação Nacional da Rede de Gestores e gestora da Prefeitura de Joinville/SC)



Sandra Faé, Mariana Baptista Giroto, Maria da Penha Lage Camargo, Tatiana Reis e Rosemary Gomes no Global Social Economy Fórum - GSEF.

O Global Social Economy Forum (GSEF) 2016 foi realizado entre os dias 07 e 09 de setembro, em Montreal, Canadá, onde aproximadamente 1.500 pessoas de 62 países e 330 cidades se reuniram para dialogar e trabalhar o tema central do fórum: a colaboração entre governos locais e a economia social e solidária para o desenvolvimento de cidades.

O GSEF é uma associação internacional de governos locais e atores da sociedade civil comprometidos com o desenvolvimento da economia social solidária (ESS), que tem como objetivo favorecer a colaboração entre os organismos da economia social e solidária e os governos locais para promover a criação de empregos de qualidade, o crescimento equitativo, o progresso da democracia participativa e o desenvolvimento sustentável.

Assumindo que as cidades têm como objetivo criar um ambiente favorável para o bem-estar das pessoas, e para satisfazer as suas necessidades básicas em termos de infraestrutura e segurança, GSEF2016 apresentou as melhores práticas internacionais, quer em processos, ferramentas inovadoras ou resultados da construção de políticas públicas, com vista à criação de trabalho decente, oferta de serviços locais e outras iniciativas que favorecem o desenvolvimento das cidades, ou seja, cidades justas e sustentáveis. Quatro experiências brasileiras foram apresentadas no GSEF 2016, todas integrantes da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária:

- A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, apresentada por Maria da Penha, da prefeitura de Joinville (SC).

- A Política de Economia Solidária desenvolvida no Estado da Bahia, apresentada por Tatiana Reis, Coordenadora de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia;
- A economia solidária como estratégia de desenvolvimento local no município de São Paulo - apresentada por Sandra Faé, Secretária Adjunta, do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, da Prefeitura Municipal de São Paulo e Mariana Baptista Giroto, da Rede Unisol Brasil.
- Rio, uma cidade de comércio justo, apresentada por Ana Asti, gestora do município do Rio de Janeiro.

Na avaliação das participantes o Fórum propiciou ampliar as discussões e conhecimentos, especialmente nas temáticas que discutiram a promoção de políticas públicas de Economia Solidária, bem como a possibilidade de conhecer experiências de desenvolvimento econômico endógeno e sustentável, sendo determinante para a ampliação de oportunidades sociais e econômicas dos municípios e estados.

O Fórum foi uma oportunidade ímpar de aprendizado e troca de experiências com pessoas dos 5 cantos do mundo, reunidas em torno da temática da economia social e solidária, como modelo de desenvolvimento que posiciona o ser humano como centro da atividade econômica, social e política.

O encontro resultou numa Declaração, que traz como elementos principais:

1. Reconhecer a centralidade das organizações da ESS para superar os desafios atuais e promover uma democracia participativa renovada;
2. Multiplicar os espaços de governabilidade participativa;
3. Construir um movimento inclusivo para todos os homens e todas as mulheres, de todas as idades e de todas as origens;
4. Estabelecer colaborações público-privada-coletiva para responder às necessidades e as aspirações de nossas comunidades;
5. Compartilhar nossas visões, nossas experiências e nossos êxitos com a finalidade de promover a inovação social, particularmente mediante as atividades de CITIES, um sócio estratégico do GESER;
6. Reconhecer e apoiar os jovens atores importantes para o futuro do movimento da ESS.

O conteúdo da Declaração está disponível em:

<http://www.gsef2016.org/wp-content/uploads/2016/09/D%C3%A9claration-ESPANOL-de-GSEF2016-%C3%A0-Montr%C3%A9al-VF2.pdf>

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TEMPOS DE GOLPE NA DEMOCRACIA

Roberto Marinho Alves da Silva

Mestre em Ciência Política, doutor em Desenvolvimento Sustentável e Professor Adj. da UFRN

Completaram-se 13 anos desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003. Sobre essa trajetória há o que se comemorar, desde a própria Secretaria como uma conquista da mobilização popular para promover a economia solidária enquanto política e estratégia de desenvolvimento, até os resultados produzidos. Nos últimos anos foram investidos centenas de milhões de reais para apoio e fortalecimento das iniciativas de economia solidária, beneficiando milhares de pessoas e empreendimentos nos 27 estados brasileiros.

Durante esse período (pelo menos até maio de 2016), sob a coordenação do Secretário Paul Singer e sua equipe, a SENAES esforçou-se em manter a coerência com suas origens e inspirações. Foram construídos e fortalecidos canais democráticos de participação e controle social, sobretudo, nas três conferências públicas e no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Os planos, programas e ações foram formulados e implementados valorizando o diálogo com os fóruns, redes e demais organizações da economia solidária. Apesar das contradições políticas (característico de uma estrutura estatal burocratizada e contraposta aos ideais autogestivos), das fragilidades institucionais e das limitações de recursos para atendimento às demandas, os acertos das políticas conduzidas pela SENAES resultam dessa dinâmica de participação e devem ser creditados aos sujeitos e organizações da economia solidária.

Esse processo, no entanto, foi bruscamente interrompido e está

ameaçado com o golpe que se abateu sobre o país em maio de 2016, quando forças políticas conservadoras, encasteladas no poder legislativo e no judiciário, aliadas aos grandes meios de comunicação e a serviço de interesses empresariais nacionais e internacionais, interromperam o mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Na função de usurpador da República, o interino do Planalto extinguiu ministérios e políticas públicas que haviam sido conquistadas pela sociedade e que expressavam uma ótica de ampliação de direitos de cidadania para segmentos da população historicamente excluídos, a exemplo de negros, indígenas, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais.

A SENAES ainda não foi extinta, mas foi entregue a novos dirigentes que não possuem conhecimentos e experiência prévia sobre a economia solidária. Mais do que a perda da Secretaria, o que está em risco é a continuidade das políticas públicas. A desvinculação dos processos democráticos e efetivos de diálogo e participação social poderá significar a degeneração dessa política ao desviar-se dos seus sentidos e significados e ao abrir brechas para os padrões políticos característicos do clientelismo que quase sempre são acompanhados de práticas patrimonialistas e autoritárias.

O momento é de denúncia e de resistência contra o golpe e depende, sobretudo, da capacidade política das forças organizadas da economia solidária enquanto parte do movimento de democratização da sociedade brasileira.

REDE DE GESTORES REPRESENTOU O FBES NA ASSEMBLEIA DA RIPESS LAC NO PANAMÁ

Luciano Mina

Coordenador de Economia Solidária – Carapicuíba/SP

Em junho deste ano, a Rede de Gestores participou na sede da COLAC (Confederação Latino-americana de Cooperativas de Poupança e Crédito) no Panamá, da assembleia da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária – América Latina e Caribe (RIPESS LAC), plataforma esta que reúne Redes de Economia Solidária de diversos países da América do Sul, Central e do Caribe, na promoção e articulação da Economia Solidária e de seus atores. Na ocasião, representou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que responde pela vice-coordenação regional, e que tem a peruana GRESP (Rede Grupo de Economia Solidária do Peru) na coordenação geral.

No encontro, que contou com representantes de redes regionais e nacionais, além da discussão da nova realidade política do continente, que sofre uma ofensiva conservadora, foi elaborado um novo plano de trabalho para a plataforma e a renovação de sua coordenação. Além deste evento internacional, a Rede esteve presente em outros 03 seminários sobre Política Pública e Economia Solidária em Lima em 2015, além de compor a delegação Brasileira na XIX cúpula social do MERCOSUL, no Paraguai e na XX Cúpula em Montevideo.

Representando o FBES, o gestor Luciano Mina (Carapicuíba/SP) da Coordenação Nacional da Rede e do Grupo de relações internacio-

nais do FBES, também apresentou as experiências acumuladas pela Rede na construção de Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil e um quadro sobre o panorama das políticas públicas de Economia Solidária após os últimos acontecimentos e as perspectivas da Economia Solidária no país.

SOBRE A RIPESS LAC

A RIPESS é uma plataforma de redes intercontinentais que ligam as redes de economia solidária e social de todos os continentes. Como uma rede de redes, ela é composta de redes intercontinentais em todos os continentes: RIPESS UE (União Europeia) – RIPESS LAC (América Latina e Caribe), – RIPESS NA (América do Norte) RAESS (África), ASEC (Ásia), que por sua vez, reúnem redes nacionais e redes setoriais.

A RIPESS acredita na importância da globalização da solidariedade, a fim de construir e fortalecer uma economia que coloque as pessoas e o mundo no centro das prioridades. A RIPESS organiza fóruns globais a cada quatro anos, a fim de criar um nexo de aprendizagem, intercâmbio de informações e colaboração e tem se destacado na promoção e divulgação da Economia Solidária pelo mundo.

EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS RECEBEM MICROCRÉDITOS E REALIZA AÇÕES EM 37 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Sandy Barbosa Fontoura da Rosa

Coordenadora de Trabalho e Economia Solidária da FUNTRAB/MS

O Governo do Mato Grosso do Sul, através de sua Fundação do Trabalho – FUNTRAB, vem realizando ações de Economia Solidária, que contribuem para a superação da extrema pobreza e o fortalecimento do Movimento de Economia Solidária no estado, com a implementação de ações já em andamento, bem como, através de iniciativas de mobilização, sensibilização, formação, e organização sócio comunitária de trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, visando o desenvolvimento territorial sustentável, a inclusão social e produtiva e a geração de trabalho e renda, a famílias atendidas por programas sociais de transferência de renda.

Estas ações são realizadas com apoio de Agentes de Desenvolvimento Solidário e de canais de comercialização para escoamento da produção, no mercado local e na Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul.

Dando continuidade ao atendimento a 37 municípios, ainda serão realizados: 22 Seminários de Mobilização e Sensibilização em Economia



Reinaldo Azambuja, Governador de MS e a Sandy Fontoura, Coordenadora do Trabalho e Economia Solidária, na Central de Comercialização de Economia Solidária, oportunizando o microcrédito para os empreendimentos.

Solidária, 44 Oficinas de Formação em Economia Solidária, 10 Oficinas de Design, 03 Feiras Regionais de Economia Solidária e 01 Feira Estadual de Economia Solidária.

EM BUSCA DE UM SISTEMA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Barbara Schmidt Rahmer

Membro, GT de Crédito e Finanças Solidárias do Conselho Nacional de Economia Solidária, Coordenadora, Programa Vencer Juntos, Fundação Grupo Esquel Brasil

As finanças solidárias têm um papel fundamental no fortalecimento da economia solidária. Fundos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito solidário atuam em territórios não atendidos pelos serviços financeiros de mercado e atendem um público que não tem acesso ou não sabe como acessar o microcrédito. A partir de 2010, o Programa Nacional de Apoio às Finanças Solidárias da SENAES disponibilizou recursos para mapear, organizar e consolidar as finanças solidárias, principalmente os fundos solidários e bancos comunitários de desenvolvimento.

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) têm como principal objetivo a reorganização das economias locais, apropriação dos meios de produção e financeiros através do crédito, e autogestão na produção do desenvolvimento de determinado território. O Banco Palmas de Fortaleza e Banco Bem de Vitória, Espírito Santo, são entre os mais antigos e conhecidos. Atualmente existem no Brasil pelo menos 103 BCDs que se organizam numa rede nacional e criaram, em 2016, o Banco Nacional das Comunidades.

Os Fundos Solidários englobam uma grande diversidade de iniciativas, entre Fundos Rotativos Solidários (FRS) e Fundos Solidários de Fomento. Fundos Rotativos Solidários organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente que proporcionam tanto apoio aos seus membros como ao desenvolvimento da comunidade. A contribuição para o fundo pode ser em dinheiro ou produto. Um mapeamento realizado entre 2011 e 2013 identificou mais de 1000 iniciativas de fundos solidários no Brasil, a maioria na Região Nordeste, e cadastrou mais de 500 dos mesmos num banco de dados. O mapeamento revelou que os fundos apoiaram mais de 12.000 empreendimentos familiares ou coletivos produtivos desde sua criação.

As cooperativas de crédito, em grande medida rurais, apoiam não apenas os produtores associados locais, mas ao gerirem as poupanças e riquezas locais promovem a socialização dos ganhos ao reinvestirem



essas poupanças localmente. São sujeitos ao regulamento do Banco Central, podendo captar poupança e operar contas bancárias.

O Grupo de Trabalho de Crédito e Finanças Solidárias, vinculado ao Conselho Nacional de Economia Solidária, vem avançando o diálogo entre os três segmentos, visando a construção de um Sistema de Finanças Solidárias. Na II Conferência Temática de Finanças Solidárias realizada em abril de 2014 em São Paulo foram definidos os primeiros parâmetros desse Sistema. Seguem alguns trechos do texto:

O Sistema de Finanças Solidárias é o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Diferente do sistema financeiro capitalista que está cada vez mais distante da economia real para se auto enriquecer e gerar lucro com produtos e práticas especulativas, o Sistema de Finanças Solidárias não tem finalidade especulativa e é um meio para viabilizar a Economia Solidária.

Outro importante diferencial do Sistema de Finanças Solidárias é que ele não conhece a separação entre donos e usuários de capital, característica fundamental do sistema financeiro capitalista. No Sistema de Finanças Solidárias os usuários dos recursos são também os donos/sócios/controladores das entidades que oferecem esses recursos.

Essa governança coletiva dos segmentos das Finanças Solidárias por seus usuários garante que se cumpra, de fato, seu papel de fomentar e fortalecer a economia solidária, evitando o desvio para finalidades em busca do próprio lucro. Por outro lado, a eliminação da separação entre donos e usuários de capital, se constitui num dos maiores desafios das Finanças Solidárias - captar recursos para se sustentar e crescer.

RODADA DE OFICINAS

OFICINA DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – REGIÃO SUDESTE

Sandra Faé

Secretária Adjunta de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - Prefeitura de São Paulo.

Desde sua criação, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária insere a dimensão da formação de gestores públicos enquanto atividade prioritária. Nesse sentido, as oficinas regionais realizadas no âmbito do projeto “Fortalecimento de Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” em parceria com a UNITRABALHO têm promovido processos participativos e articulação em rede, sobretudo por meio da manutenção de espaços presenciais e virtuais, promovendo aprendizagem e troca de experiências.

A Oficina da Região Sudeste ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto de 2016, em Belo Horizonte – MG. Reunindo 43 participantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, foi uma oportunidade para ampliar o debate sobre temas como planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A mesa de debate com o tema “Perspectivas das Políticas Públicas de Economia Solidária” trouxe um panorama dessa temática e refletiu sobre a importância da economia solidária enquanto resposta dos trabalhadores e comunidades diante das mudanças ocorridas no mercado do trabalho nas últimas décadas.

Também foi destacada a preocupação em fortalecer as ações de Economia Solidária nos territórios diante de um cenário de incertezas e de grandes ameaças de retrocesso no ambiente político brasileiro, sobretudo no que concerne as conquistas alcançadas em âmbito federal.

Assim, reforçou-se a necessidade de atuação dos gestores no fortalecimento das propostas já implementadas bem como na proposição de novas iniciativas no âmbito municipal, de modo a resistir diante do atual contexto e disseminar experiências de incentivo à autogestão, cooperativismo e de empreendimentos da economia solidária. Trata-se de posicionar a economia solidária como mo-



Apresentação dos participantes da Oficina.

delo de desenvolvimento, baseado na democracia, na construção de redes e laços de cooperação que visam à valorização do ser humano, a redução do consumo predatório e dos danos ambientais causados por este, entre outros.

Ao final da oficina, foi ressaltada a relevância da Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento, sua contribuição para a redução das desigualdades sociais nos municípios e possibilitando o acesso de pessoas às condições que possibilitem a melhoria de qualidade de vida por meio da inserção em novos modelos sócioprodutivos.

OFICINA DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO SUL

Sandra Nishimura

Diretora de Proteção Social Básica

Nelma Liberado

Gerente de Inclusão Produtiva - DPSB/SMAS/ Prefeitura de Londrina.

A Oficina de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – Região Sul, parceria entre a UNITRABALHO e a Rede de Gestores convênio com a SENAES, foi construída através de integração, troca de experiências entre os gestores públicos, num contexto político preocupante no que se refere aos rumos da Economia Solidária, mas enriquecedor por mostrar o compromisso dos gestores, em pensar e defender esta política pública. A oficina ocorreu em Londrina nos dias 11 e 12 de agosto onde participaram 40 gestores de Ibiporã, Apucarana, Irati, São Sebastião da Amoreira, Ortigueira, Sertãozinho, Palotina, Guarapuava, Umuarama, Paiçandu, Cascavel, Joinville, Torres e Londrina.



Gestores/as Municipais participando da dinâmica realizada na Oficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – Região Sul.

A programação previu visita à Feira de Economia Solidária, à Casa da Economia Solidária – Café e Arte e apresentação do Projeto X, de artes circenses, do Centro Educacional Marista.

A mesa de debate, “Política Pública de Economia Solidária” contribuiu para reflexão sobre o desenvolvimento territorial sustentável, com o relato inicial do representante da UNITRABALHO, Max Rickli, sobre hortas urbanas, que destacou a importância da produção agroecológica, a qualidade de vida associada à realidade dos consumidores e o papel da universidade no desenvolvimento de tecnologias sociais. Gerson Martins, assessor da Frente Nacional dos Prefeitos, falou da compreensão da Economia Solidária como política pública estratégica de desenvolvimento econômico e sustentável, com enfoque no território e de caráter emancipatório dos trabalhadores. Ressaltou a transversalidade da política, a importância do processo democrático e participativo na sua condução e os instrumentos que devem compor uma política pública.

Já o representante da Secretaria Executiva da Rede de Gestores, André

Ferreira, destacou o papel político da Rede como ponto de resistência e referência dos gestores, neste momento de recuo da política nacional, tornando-se um desafio a ser enfrentado. Reafirmou que a política de economia solidária trata do bem viver e a relevância da base desta construção, a partir dos empreendimentos econômicos solidários.

Os trabalhos foram participativos com apresentações de 13 municípios sobre as ações desenvolvidas, ressaltando a importância do fortalecimento da Economia Solidária.

Os trabalhos culminaram na elaboração de uma Carta Proposta a ser apresentada aos candidatos a prefeito nos municípios na região Sul e está disponível no site:

<http://www.rededegestoresecosol.org.br/>

Cada município presente ficou de articular com os vários atores, sobretudo @s trabalhador@s da economia solidária a adequação da Carta Proposta e a definição de estratégias locais para o compromisso dos candidatos com a economia solidária.

OFICINA DE GESTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - REGIÃO NORDESTE

Mario Correia, Marcos Leonez e Naylza Batista

Técnicos do Projeto Economia Solidária RN - COPES/SETHAS



Rodada de diálogo e intercâmbio de experiências.

Nos dias 12 e 13 de setembro de 2016, Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária dos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte, participaram da Oficina Regional de Gestores, Região Nordeste, ocorrida na capital do Estado do Rio Grande do Norte, Natal.

A oficina foi uma iniciativa da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que em conjunto com a Fundação UNITRABALHO, dentro das ações do projeto de fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Convênio MTE/SENAES), possibilitou a sua realização. No Estado, contou com a parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS RN, que nos últimos anos, entre as ações desenvolvidas, tem trabalhado em torno de uma política pública de Economia Solidária, através do apoio ao Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária, da adesão do Estado ao CADSOL e da execução do Projeto Economia Solidária RN (Convênio MTE/SENAES).

Durante dois dias, representantes dos Estados e Municípios do Nordeste, dialogaram sobre as experiências desenvolvidas pelos Gestores de Políticas Públicas, tendo como foco as ações de economia solidária e com perspectiva no “Desenvolvimento Sustentável e do Trabalho Decente e Solidário”, tema da Oficina Regional. Para o Estado do Rio Grande do Norte, a oficina veio reanimar as dinâmicas em torno de uma Rede Estadual de Gestores Públicos de Economia Solidária, bem como uma reflexão mais ampla em torno dos processos participativos de intercâmbio, que possibilitem o aprimoramento das estratégias, metodologias e instrumentos de promoção das políticas públicas de economia solidária nos Estados e Municípios, com vistas ao trabalho decente e o desenvolvimento territorial sustentável.

Fortalecer a Rede no Estado tem um significado especial, no que diz respeito ao aprimoramento das estratégias em torno da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário, tendo como base os princípios da Economia Solidária. No Estado, algumas ações nesse sentido já foram realizadas, como exemplo da realização de alguns encontros Estaduais.

As discussões trataram dos cenários e de seus contextos bem como das diversas experiências em torno da gestão pública. Entre os pontos de pauta, a reflexão sobre a importância da continuidade e fortalecimento da Política Pública de Economia Solidária, da execução do Plano Nacional e PPA 2015-19, da manutenção da capacidade administrativa, orçamentária e financeira da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e da institucionalização da Política Nacional com a aprovação da Lei nº 4685 de 2012. Outro ponto importante aconteceu no segundo dia de oficina com a elaboração de uma pauta mínima de compromisso a ser apresentada aos candidatos nas eleições municipais, contendo várias propostas relacionada a produção, comercialização, consumo, crédito, finanças solidárias, educação e formação de forma que nas políticas públicas municipais de economia solidária, sejam garantidos e destinados investimentos que venham fortalecer os empreendimentos de economia solidária numa perspectiva desenvolvimento sustentável.

OFICINA DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO NORTE

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, PA.

Nos dias 18 e 19 de agosto foi realizado em Belém, a “Oficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, com o tema “Desenvolvimento Sustentável com Trabalho Decente e Solidário”. O encontro aconteceu no auditório do Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC).

Esta oficina é uma iniciativa da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em conjunto com a Fundação UNITRABALHO e parceria da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER).

O objetivo é fortalecer as articulações entre os gestores e promover a troca de experiências pelas administrações públicas. Dessa forma, o encontro propiciou que cada gestor apresentasse as experiências que estão realizando no município, promovendo um intercâmbio das ações realizadas e possibilitando realizar um mapeamento das políticas públicas executadas em cada região.

A representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Tatiane Reis, deu as boas-vindas e agradeceu os esforços de todos os responsáveis da oficina. “As ações de integração, de conhecimento e de troca de experiências, objetivos deste encontro, são muito importantes. É muito relevante que os gestores ouçam os empreendimentos, ou seja, as pessoas que estão trabalhando, pois muitas vezes elas têm sugestões simples, mas de muito valor”, ressaltou Tatiane.

O Estado do Pará representa cerca de 43,42% dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região norte. Atualmente integram a Economia Solidária 1.368 EES formados, ou seja, produzindo e comercializando. Quanto à categoria social dos sócios das EES, prevalecem os agricultores, seguidos por artesãos e trabalhadores manuais, assentados da reforma agrária, artistas, catadores, garimpeiros, trabalhadores autônomos e desempregados, sendo



Público presente no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania – CIIC, Belém/PA.

que desses, 50% tem na comercialização da produção sua fonte principal de renda.

O titular da SEASTER, Heitor Pinheiro, reafirmou o compromisso da Secretaria com a temática e falou do objetivo de tornar cada vez mais ampla a rede de comunicação, através dos polos regionais e dos Conselhos. “Tenho certeza que esse esforço será recompensado com os frutos da discussão, com todos os encaminhamentos, e com possibilidades fantásticas de tornar cada vez mais ampla essa rede de comunicação. Acredito que os que estão aqui acreditam que a economia solidária é vital e importante para termos um mundo mais sustentável”.

Estiveram presentes representantes de diferentes esferas que executam as políticas públicas na região norte e gestores de 29 municípios, além de representantes da Rede UNITRABALHO, dos Fóruns Nacional e Estadual de Economia Solidária, da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó e da Frente Nacional de Prefeitos.

QUADRO DE PARTICIPAÇÃO DAS OFICINAS REGIONAIS DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE 2016

Região		Sul	Norte	Sudeste	Centro Oeste	Nordeste	TOTAL
Data da oficina		11 e 12/08/2016	18 e 19/08/16	25 e 26/08/16	30 e 31/08/16	12 e 13/09/16	
Local da oficina (Município/Estado)		Londrina/PR	Belém/PA	Belo Horizonte/MG	Cuiabá/MT	Natal/RN	
Nº de gestores participantes	Municipais	24	32	13	26	29	124
	Estaduais	2	46	17	20	27	112
	Federal	0	1	2	1	1	5
Nº de outros participantes (Professores Universitários, EES, Estudantes, Equipe Organizacional Unitrabalho e Rede de Gestores, Palestrantes, entre outros)		11	31	11	17	9	79
Nº TOTAL DE PARTICIPANTES		37	110	43	64	66	320
Nº de municípios da região	Gestores Municipais, Estaduais e Federal	15	18	11	14	31	89
	Outros participantes	7	13	6	10	3	39
Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS PRESENTES		22	31	17	24	34	128
Nº TOTAL DE ESTADOS DA REGIÃO PRESENTES		3	2	3	2	6	16

OFICINA REGIONAL DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – REGIÃO CENTRO-OESTE

Henrique Pimenta

Assessor de imprensa da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF/MT



Mesa de abertura da Oficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária - Região Centro-Oeste

Para dar andamento à implantação de políticas públicas de economia solidária em Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (Seaf) integrou as discussões realizadas durante a Oficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária do Centro Oeste, em Cuiabá. O evento, que faz parte do projeto “Fortalecimento de Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, foi realizado em Cuiabá-MT nos dias 30 e 31/08, com a elaboração de uma carta-proposta que irá auxiliar aos candidatos as eleições municipais a incluírem propostas de políticas públicas de economia solidária em seus programas de governo.

O encontro contou com a participação de representantes de 20 municípios mato-grossenses, além dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, da Frente Nacional de Prefeitos, do Conselho Estadual de Economia Solidária, da Fundação Unitrabalho e ainda da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), que atualmente conta com termo de cooperação técnica com a Seaf para promoção da economia solidária no Estado.

Representante da SEAF, Cenira Benedita Evagelista ao tratar da importância do evento, afirma: “A participação dos gestores no evento mostra a preocupação com essa nova forma de economia, principalmente, no que se refere à autogestão, ao cooperativismo e ao associativismo”.

Cenira Evangelista ainda destacou que a implantação de políticas públicas voltadas para a economia solidária “é um meio de buscar mudanças de forma sustentável para grupos minoritários, que muitas vezes estão na área rural e em assentamentos e que desejam sobreviver de forma digna e sair da situação de vulnerabilidade social”.

“Esta é uma política pública a qual estamos resgatando pois o Governo anterior não deu prioridade a economia solidária. Em parceria com a Setas, a Seaf irá realizar um trabalho para divulgar e promover ações

dessa importante política inclusiva de Mato Grosso”, comentou o secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários de Mato Grosso, Suelme Fernandes.

Coordenador do projeto executado pela Fundação Unitrabalho, Reynaldo Norton Sorbille, informou que as discussões realizadas durante o encontro contribuíram para a troca de experiências e que as oficinas facilitam a articulação, formação, intercâmbio de experiências e formulação de propostas no campo da economia solidária.

Em relação ao documento construído durante o evento Sorbille destacou: “A carta-programa contará com propostas focadas nas áreas de produção, comercialização e consumo; financiamento (crédito e finanças solidárias), formação e educação, e ambiente institucional. Em Mato Grosso temos percebido o potencial que a agricultura familiar tem e isso pode ser estimulado pelas compras públicas, por exemplo, o que contribui para o fortalecimento da atividade econômica solidária”.

Além das propostas, o encontro também contou com a apresentação de experiências exitosas de políticas públicas de economia solidária. Exemplo disso é o município de Tangará da Serra, que desde 2005 trabalha na área. Para isso, a prefeitura local conta com um Núcleo de Políticas para a Economia Solidária (Nupes), que faz parte da Secretaria Municipal de Agricultura.

Coordenador do Nupes, Neuri Eliezer Senger explica que para que o sistema funcione no município todos os instrumentos relacionados ao tema são regidos por lei. Atualmente, a cidade conta com Programa Municipal de Economia Solidária, Conselho Municipal de Economia Solidária, o Nupes, além do Fórum de Economia Solidária de Tangará da Serra, que reúne os empreendimentos do município.

“Ainda contamos com a Rede de Fundos Rotativos Solidários, que funciona como uma experimentação de crédito para os trabalhadores. Essa rede é composta por seis associações e uma cooperativa, e o recurso favorece os trabalhadores por meio de empréstimos. Trabalhar a economia solidária beneficia tanto à população, como também todo o contexto econômico e social do município”, frisou Senger.



Oficina: “Elaboração de uma proposta de programa de governo municipal para Economia Solidária”



Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Av. Luís Viana Filho, 2ª Avenida, Plataforma III, nº200, CAB, Salvador-BA, CEP 41745-003 - Tel.: (71) 3115-9945.
E-mail: redede_gestores@yahoo.com.br | Site: www.rededegestoresecosol.org.br

Este Boletim é da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ou seja, é seu também. Colabore enviando notícias de seu município ou estado para gestores@unitrabalho.org.br.